


# Câmara investiga Porto Seguro

INSTITUTO	
	Documentação
SOCIOAMBIENTAL	JB
Fonte	
Data	28/4/2000 Pg 9
Class.	253

FABIANO LANA

BRASÍLIA – O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, deputado Marcos Rolim (PT-RS), enviou ao ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência, general Alberto Cardoso, um ofício pedindo esclarecimentos sobre a ação da polícia nos conflitos ocorridos em Porto Seguro durante os festejos dos 500 anos da descoberta no Brasil.

Rolim perguntou ao general se em algum momento a segurança do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, esteve em risco, “para justificar toda a repressão ocorrida sobre os manifestantes”. O deputado também quer saber se o Gabinete de Segurança Institucional coordenou toda a ação executada pela polícia baiana.

**Depoimentos** – Ontem, a Comissão de Direitos Humanos se reuniu para ouvir os participantes dos conflitos. Religiosos, índios e parlamentares contaram ter sido hostilizados pelos policiais. “Foi uma cilada. A mentalidade dos coronéis foi sangüinária e eles estavam acobertados pelo general Cardoso. Se houve crime o criminoso é ele.”, afirmou o bispo Dom Tomás Balduino, presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT)

“Uma das primeiras bombas caiu bem perto de nossos pés. Como sou alérgica, aquilo poderia me matar em poucos segundos. Tive de correr pela praia e vi a cavalaria às minhas costas”, relatou a senadora Marina Silva (PT-AC), que admitiu ter medo de ser confundida

com uma militante sem terra.

Já o presidente do PT, José Dirceu, acusou os índios da tribo Pataxó de estarem coniventes com os policiais. “O governo federal articulou com os pataxós para expulsarem os parlamentares da região”, disse o parlamentar. As ações da polícia em Porto Seguro foram comandadas, segundo os depoentes, pelo coronel Wellington Muller, da PM baiana.

**Ausências** – O General Cardoso e o ministro José Gregori foram convidados para participar da audiência pública na comissão, mas não compareceram, alegando já terem compromissos marcados. Índios de diversas tribos estiveram na comissão, a maioria delas para criticar o governo.

“É vergonhoso. O que aconteceu revelou quem está com a maldade no coração”, afirmou cacique Humberto, da tribo Quiriri. “O governo está contra o índio. Minha mãe, meu pai e minha irmã quase morreram”, disse o cacique Horácio Caiapó, segurando em uma das mãos uma bomba de gás lacrimogêneo.

O ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Carlos Marés, disse que várias vezes tentou alertar o governo sobre a gravidade da situação, mas não foi ouvido. “A Funai foi afastada das negociações sobre segurança. Fui para Porto Seguro, vi que o clima estava tenso, mas não consegui contato com o ministro da Justiça. Quero dizer que a violência foi exclusiva da polícia. Se houvesse um revide, seria um massacre”, disse.

## OAB estuda medidas

LUIZ ORLANDO CARNEIRO

BRASÍLIA – A senadora Marina Silva (PT-AC), o deputado José Dirceu (PT-SP) e o ex-deputado e advogado Sigmaringa Seixas entregaram, ontem, ao presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) uma representação, solicitando que a Ordem exija das autoridades públicas providências administrativas e criminais contra a operação de repressão a índios e outras entidades que fizeram protestos, na Bahia, durante os festejos oficiais pelos 500 anos do descobrimento do Brasil.

O presidente da OAB, Reginaldo de Castro, citou Pedro Aleixo, que dizia “temer mais o guar-

da da esquina do que aqueles que o comandam”, e informou que a entidade examinará as providências legais cabíveis. A seu ver, nesse episódio, “apareceram, com inegável visibilidade não só os executores da truculência estatal, mas também os autores dos crimes praticados contra todos os que sofreram constrangimentos nas vizinhanças de Porto Seguro”.

O presidente da OAB acha que pelo menos cinco incisos do artigo 5º da Constituição (“Direitos e garantias fundamentais”) foram violados, com a prática de crime de abuso de autoridade por aqueles que “cercearam, com violência, a liberdade de locomoção de inúmeros cidadãos brasileiros”.